

# Pequena história da agropecuária goiana

(o ouro acabou? Viva o boi!/o ouro se foi? Chegou o boi!)

Antônio Teixeira Neto\*  
netomap@hotmail.com

## Resumo

A história de Goiás e dos goianos é ligada à agropecuária do mesmo modo que o cordão umbilical do bebê em gestação é ligado à mãe. Sem ela, Goiás teria levado um século, ou mais, para se formar histórica, social e economicamente. Por aqui a roça e o boi são mais que símbolos emblemáticos, porque, mais que em outras regiões do Brasil, foi no campo que as coisas funcionaram. Não há cidade, vila ou lugarejo goiano que não tenha relação direta com a agropecuária. São, portanto, poucos os lugares habitados que não tenham nascido da atividade agro-pastoril. É Por esse, e por outros motivos, que somos uma sociedade de raízes agrárias e que carregamos os estigmas e estereótipos a ela ligados. De tradicional e de subsistência no início, a agropecuária goiana rapidamente queimou etapas e ateou fogo ao nosso principal bioma – o cerrado – para se situar entre as mais desenvolvidas tecnologicamente do Brasil. Mas, não obstante a presença de tanta modernidade, os avanços sociais no campo não conseguiram romper as barreiras do conservadorismo atávico herdado dos costumes oligárquicos, porque a terra ainda continua mal dividida e as relações de trabalho no campo, mal resolvidas.

**Palavras-chave** – agricultura, pecuária, tradicional, moderna, roça, boi, cerrado, oligarquia.

## Résumé

*L'histoire de Goiás et des goyannais est rattachée à l'agriculture de la même façon que le cordon ombilical du fœtus est rattaché à la mère, En dehors de cette activité, Goiás aurait mené plus d'un siècle pour devenir l'état agricole par excellence qu'il est aujourd'hui. L'agriculture sur brûlure – la "roça" – et le boeuf en sont les symboles emblématiques de cette histoire. D'ailleurs, tout ce qui est goyannais – les individus, les villes, les paysages phyto-géographiques et bio-climatiques – a une relation étroite avec l'activité agro-pastorale. Ainsi, malgré les stéréotypes péjoratifs imputés aux paysans en général, nous sommes quand même une société à des racines rurales. Pratiquée de façon traditionnelle j'usq'à peu de temps, l'agriculture goyannaise – aussi en peu de temps – s'est située parmi les plus modernes du Brésil. Mais, cette modernité ne se fait pas sentir par tout, car, dans le domaine strict des relations sociales, la propriété reste encore fortement concentrée en très peu de mains tandis que les droits des travailleurs sont encore mal résolus.*

**Mots-clés** – agriculture, élevage, traditionnel, moderne, "roça", boeuf, "cerrado", oligarchie.

---

\* Licenciado em História, Engenheiro Agrimensor, Doutor em Geografia e Cartografia.

## Introdução

Tanto no presente como no passado, a abordagem de questões relativas à terra em nosso país – direito à sua posse e propriedade, reforma agrária, estrutura fundiária, movimentos sociais no campo, ligas camponesas e muitas outras mais – soaram, e soam, como um tabu, como uma espécie de síndrome, que, como um fetiche, tem cara de mau agouro e paralisa a sociedade. Nunca se falou e se escreveu tanto sobre elas como nos dias de hoje. Por quê? Porque, segundo o pensamento marxista clássico, na sociedade capitalista, a terra, como todo e qualquer objeto material, possui certas características que lhe são conferidas pelas relações sociais dominantes. É certamente por esse motivo que as classes sociais mais abastadas são levadas a pensar que se trata de um direito natural<sup>1</sup>. As relações dominantes em nosso país, tanto no passado, como no presente, sempre se assemelharam a uma balança que pendeu, e pende, para um só lado: o da classe burguesa, que sempre exerceu controle irrestrito sobre a terra enquanto meio de produção e enquanto mercadoria portadora de um valor. A isto Marx, conforme observado logo acima, deu o nome de “fetichismo da mercadoria”. Ora, ao contrário do que pregam as doutrinas liberais, essas características atribuídas aos objetos materiais são, antes de tudo, de natureza social e o seu uso não pode ignorar essa condição. Porém, como soe acontecer, é sabido que em toda e qualquer sociedade capitalista esse fetichismo advém da idiosincrasia de um sistema marcado essencialmente pela extração da mais valia como forma de exploração da força de trabalho operário pela acumulação de capital, pela concentração da riqueza e da propriedade nas mãos de poucos e por muitas outras formas de busca a todo custo de lucro e de dinheiro.

As relações no campo sempre foram tensas e é de se perguntar se um dia elas serão mais brandas e mais justas. A realidade tem nos mostrado que não nos é permitido pensar desta maneira, pois, as questões agrárias no Brasil, e muito menos em uma sociedade de raízes eminentemente rurais, como a goiana, nunca são discutidas a fundo. De um lado, os que tudo têm cultuam a filosofia do direito puro e simples de ter e de dispor livremente do que é seu e, naturalmente, só vêem o problema

por esse ângulo; de outro, os que nada têm, ou se conformam – como se a riqueza de uns e a pobreza de outros fossem características naturais da maneira como a própria sociedade se organiza – ou se rebelam numa relação de forças desde o início desigual. Nesse embate, os movimentos da sociedade em direção a uma reforma dos privilégios concedidos a uns poucos e negados à maioria de deserdados parece dar apenas pequenos passos à frente e passadas largas para trás. Pelo menos, é o que se pode constatar, quando se debruça sobre os problemas inerentes à terra, sua propriedade e seu uso.

Em Goiás, qualquer abordagem histórica que se faça do território e de questões a ele inerentes – a terra e os homens, para resumir – começa com o ouro – e tudo o que ele criou de fato e de sonhos –, mas não termina com ele, pois, criar boi e plantar roça se constituíram nas atividades permanentes que deram continuidade ao processo histórico, social e econômico. O rápido esgotamento das minas impôs às pessoas que aqui permaneceram uma outra realidade bem mais difícil de ser enfrentada: o seu isolamento em um imenso território quase despovoado de uma Capitania encravada no coração do país e longe dos olhos da administração colonial. Mesmo isolada política e territorialmente do resto do Brasil, o peso da administração colonial e o rigor das leis que recaíam sobre a diminuta população – sobretudo a cobrança dos dízimos – funcionavam como uma espécie de freio a toda e qualquer iniciativa relacionada com a produção advinda do campo. Tanto no passado, como no presente, os impostos sobre o que os homens produzem para sua sobrevivência e para fazer comércio com o que sobra, são desestimuladores para o produtor. Além do mais, a população órfã do ouro vivia uma outra contradição: era cercada por um imenso espaço próprio para a agricultura e a criação de gado, mas o uso e a posse da terra eram restringidos por leis bem rígidas e cheias de formalidades difíceis de serem cumpridas pelo mais comum dos camponeses, como, entre outras, a Lei de Sesmarias. Aliás, a concentração fundiária, ou melhor, a concentração da terra, em nosso país é um anacronismo de raízes históricas profundas. O Brasil já nasceu dividido entre poucas pessoas, com a criação e a concessão de Capitâncias Hereditárias a donatários privilegiados. Passados quase cinco séculos, a situação em quase

nada se modificou, pois não houve ruptura histórica capaz de mudar o caráter concentrador da propriedade.

Vivemos em um país em que o acesso à propriedade da terra é difícil para quem mais necessita dela para produzir e os tributos que incidem sobre tudo o que se faz e o que se consome são os mais pesados em todo o mundo. Por isso, na organização da sociedade, as duas pontas da cadeia de produção são as mais penalizadas, porque, de um lado, devido à presença da abominável figura do atravessador, o produtor tem os preços de sua produção sempre avaliados por baixo; de outro, o consumidor, que depois de passar por inúmeros intermediários, vêem os preços dos produtos essenciais lá no alto. Parece que nada neste mundo consegue mudar esse estado de coisas, pois, desde a descoberta, as leis que regulamentam a posse da terra no Brasil jamais conseguiram corrigir as contradições que até hoje existem. Atualmente, não se fala em outras coisas que não sejam a reforma tributária, exigida por toda a sociedade, e a reforma agrária, exigida pelos agricultores sem terra. As disparidades são, então, enormes, e o fosso entre as classes abastadas e as mais necessitadas, só aumenta.

De um modo geral, nós nos esquecemos de que, desde os primórdios da humanidade, é o campo que produz os alimentos essenciais a todo indivíduo. Conforme enfatiza o historiador Daniel Thorner<sup>2</sup>, “o campo sustenta tudo, invade tudo; as outras atividades são apenas ilhas no meio do mar”. Parece que a história do campo é contada dessa maneira em praticamente todos os lugares do mundo. A de Goiás, que tem a roça e o boi como símbolos mais que emblemáticos, não podia ser diferente, porque, por duzentos anos, o campo goiano e suas fazendas multifuncionais sustentaram tudo. Nesse processo, as cidades não passavam de apêndices, ou melhor, de dependências do que seria a aristocracia rural. A observação de Sérgio Buarque de Holanda sobre o caráter eminentemente rural do povo brasileiro é particularmente inerente ao povo goiano, pois, como aconteceu no Brasil como um todo, por aqui também “era no campo que as coisas funcionavam [porque] toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve suas bases fora dos meios urbanos”<sup>3</sup>.

Desse modo, tendo em vista as peculiaridades da sociedade goiana, indelevelmente marcada por suas raízes rurais, o objetivo desse trabalho não poderia ser outro que o de mostrar de maneira sucinta como a agropecuária goiana, de tradicional que era até recentemente, chegou ao topo da modernidade em tão pouco tempo e como o acesso à terra, os conflitos sociais no campo, a estrutura agrária e fundiária constituem uma das questões fantasmagóricas de nosso tempo e da sociedade. Dividida, como sempre foi desde o seu nascimento, a sociedade goiana é naturalmente cheia de conflitos e contradições como qualquer outra sociedade. Aliás, ao se perguntar certa vez “se houve uma única nação no mundo que não fosse dissimétrica”, o grande historiador francês Fernand Braudel<sup>4</sup> estava, de maneira, indireta reafirmando que, em qualquer sociedade a desigualdade se instala por sim mesma e, conseqüentemente, “toda sociedade, é dividida e vive disto”. Mas, será que não há como fugir dessa contradição, que soa como um paradigma inerente a todas as formas de organização da sociedade? Uma coisa, porém, é certa: não há como conviver eternamente com a desigualdade.

### **Como tudo começou**

Todos nós sabemos que Goiás nasceu com a descoberta do ouro pelos bandeirantes, mas cresceu e desenvolveu com a pecuária e a agricultura. Dizem mesmo que a pecuária teria precedido à mineração. É bem possível, porque um dos nossos primeiros historiadores, o Padre Luiz Antônio da Silva e Souza, autor de *O Descobrimento da Capitania de Goyaz*,<sup>5</sup> dá notícia de que bandeirantes desgarrados teriam se deparado com cabeças de gado bravo que já pastavam naturalmente na região do Vão do Paraná. Teriam vindo, desgarradas, dos Gerais da Bahia, em que, desde as últimas décadas do século XVII, a pecuária – como já vinha acontecendo em todo o grande sertão nordestino – se tornara a principal atividade econômica e social. Quaisquer que sejam as estórias contadas, em um ponto historiadores e geógrafos são unânimes: a atividade agro-pastoril surgiu inicialmente para abastecer as minas (Luis Palacin), depois, já como atividade permanente, introduziu mobilidade em um território até

então enclausurado pelas grandes distâncias e proporcionou o desenvolvimento do mercado interno (Antônio Teixeira Neto), o qual, conseqüentemente, serviu de base para a ascensão plena da atividade agrícola (Nasr Chaul).

Quando as minas de ouro, ainda no século XVIII, entraram em decadência, fazendo com que boa parte dos que para cá vieram debandasse para outras regiões do país, o território goiano e sua diminuta população permaneceram ilhados, como que náufragos, no coração do Brasil. Foi esse o estado de ânimo e a realidade retratada pelos historiadores. Acrescente-se a isto as dificuldades enfrentadas pela agricultura goiana no seu começo, como nos mostra Luis Palacin<sup>6</sup>, em seu trabalho mais importante sobre a os primeiros cem anos da história de Goiás:

“O desenvolvimento da agricultura em Goiás tropeçava em dois graves obstáculos: um, com fundamento na psicologia social, era o desprezo pelos mineiros pelo trabalho agrícola, o outro, a legislação fiscal”.

Durante os primeiros cinquenta anos de Goiás, os administradores coloniais – inclusive o nosso primeiro governador, D. Marcos de Noronha, que governou de 1749 a 1753 – relegaram a agricultura ao patamar mais baixo das atividades produtivas. Goiás produzia muito ouro e os produtos de que necessitava a população mineira – todos ou quase todos – vinham de fora e eram pagos, literalmente, a peso de ouro. Foi necessário que as minas se esvaziassem de vez para que, não apenas a administração, mas também toda a população, acordasse para a única saída econômica capaz de tirá-la do estado de letargia coletiva em que se encontrava: a agricultura. Não havia outra saída, porque fora da roça e da criação de gado como formas permanentes de atividade, Goiás se transformaria em breve em uma imensa tapera, abandonado que seria pelos seus moradores.

Muitos estudiosos da história goiana, senão a maioria, ao comparar a época de fausto – que teria sido o ciclo do ouro – com o estado de desânimo – que, de um modo geral, tomou conta da população quando as minas secaram –, classificou essa fase de nossa história como a da decadência. Qualquer que

seja o nome que se lhe dê, no nosso entender, ela foi, sobretudo, a fase das décadas perdidas. Mas, como de todo revés – seja ele histórico ou não – podemos tirar lições, lentamente os habitantes que aqui se enraizaram descobriram que o verdadeiro tesouro que procuravam se descortinava à vista de todos: esse grande ambiente natural, que é o bioma cerrado. As lições foram logo aprendidas. Uma delas, que perdura até hoje, foi perceber que diante de um meio geográfico rico, em que dominam as imensas chapadas cobertas de pastos naturais a perder de vista, entrecortadas aqui e ali por placas de solos férteis próprios para a roça tradicional – o “mato grosso” – e por vales também férteis, como os dos rios Paranaíba, Corumbá, Meia Ponte, Turvo, Bois, Maranhão, Crixás-Açu, Claro, Caiapó, Santa Tereza, Paranã... –, a verdadeira vocação social e econômica dos goianos e do seu imenso território não era cavoucar a terra à procura do ouro incerto, mas nela plantar e criar para produzir alimentos, nem que fosse para a subsistência das pessoas. Como um rio que não secara de vez, lentamente os que aqui permaneceram souberam reencontrar o leito natural de sua história e de sua vocação social e econômica: ser vaqueiro e lavrador. Ao dar início a uma outra fase econômica, social e, sobretudo, política – na qual se acham indistintamente envolvidos todos os goianos – a nossa gente descobriu o caminho da roça, ou melhor, tomou consciência de que fora da atividade agro-pastoril, Goiás continuaria trilhando pelos caminhos da desilusão que o ouro abria.

### **O nascimento de uma sociedade de raízes agrárias**

Após o longo período de letargia coletiva, como classificou Palacin<sup>7</sup> a fase da desilusão criada pelo ouro, os imensos campos em volta dos arraiais coloniais foram sendo ocupados – mais de forma ilegal que legalmente, conforme enfatizara Nasr Chaul – pelos antigos mineiros. Segundo este autor, “quando a mineração dava os seus últimos sopros, não restava outra opção aos mineiros senão a ocupação das áreas próximas aos antigos centros mineradores. Apossaram-se das terras, requereram sesmarias, e procuraram legalizá-las (valendo mais a posse que a lei), com o intuito de desenvolver

uma agricultura básica que alimentasse a si e aos seus”<sup>8</sup>. Assim, desde aquele momento, com ou sem consentimento legal, pode-se dizer que a agricultura e a pecuária tornaram-se a principal e mais importante atividade econômica permanente da ex-Capitania de Minas e, até hoje, marcam as relações econômicas, sociais e políticas de Goiás, tanto para os que têm muito – os grandes proprietários e produtores rurais –, como para os que pouco ou nada têm – os pequenos agricultores familiares e os trabalhadores sem terras. Entretanto, para chegarem ao ponto em que chegaram, essas duas atividades conheceram caminhos espinhosos, porque a agricultura, antes de se transformar em atividade comercial e altamente moderna, só alimentava as pessoas em volta dos pequenos arraiais, e a pecuária, antes de se transformar em intensiva e altamente científica e tecnológica, foi praticada extensivamente, à solta, sobre as imensas pastagens naturais.

Apesar dos problemas de ordem estrutural e conjuntural – cobrança de dízimos acachapantes sobre produtos que eram mais de subsistência que para gerar excedentes, taxas elevadas sobre a comercialização de ínfimas cabeças de gado, facilidades de acesso à propriedade da terra apenas para pessoas abastadas, preconceitos contra os “roceiros”, precariedade da infra-estrutura, sobretudo dos caminhos, ausência de mercado e de moeda circulante, morosidade na retomada dos fluxos migratórios e de outras atividades, como o comércio a grande distância –, a agro-pecuária foi durante quase 200 anos a única atividade sócio-econômica que assegurou a existência e o desenvolvimento material e social de Goiás. Todas as outras atividades – o comércio, sobretudo – dependiam direta e indiretamente do que era duramente produzido na roça e nos pastos. Social, política e economicamente, as oligarquias que exerceram por muito tempo o poder em terras goianas provinham do meio rural, e a figura mais representativa dessa classe poderosa – como nos mostrou Francisco Itami Campo em sua mais importante obra sobre as origens agrárias da sociedade goiana<sup>9</sup> –, sem dúvida, é a do Coronel. Ao escrever sobre a história de nossa terra, não há como ignorar o coronelismo como a forma de exercício do poder que melhor retrata as relações políticas e sociais de nossa sociedade, sobretudo no campo. Aliás, o coronelismo se situa na base de uma das questões sociais mais emblemáticas, senão a mais



emblemática, de nosso tempo: a reforma agrária e o movimento que a ela está intimamente associado – o dos trabalhadores sem terras, cuja sigla – MST – soa como um flagelo para a grande burguesia.

A Lei de Sesmarias deu certo em Portugal, de onde foi importada, mas no Brasil – como nos mostram muitos estudos sobre o assunto, principalmente o de Ruy Cirne Lima, amplamente citado por Edma José Silva<sup>10</sup>, o da professora Maria do Amparo Albuquerque Aguiar<sup>11</sup> e o do historiador José Honório Rodrigues<sup>12</sup> –, em vez de corrigir o que estava errado, dificultou mais ainda o acesso à propriedade da terra por parte de quem realmente dela dependia para produzir e sobreviver – os camponeses. Outras leis que vieram em substituição a ela eram desprovidas de propósitos sociais – sobretudo a *Lei de Terras* de 1850 –, pois, no conjunto, reforçavam mais ainda o poder de concentração da terra por parte dos grandes proprietários, ou do próprio Estado. Indistintamente, por um lado, todas elas dificultavam – ou simplesmente proibiam – o acesso à terra a pequenos produtores familiares, enquanto que, por outro, reconheciam, fechando os olhos para as fraudes, como os pseudos direitos dos grandes proprietários sobre posses de dimensões ilimitadas. Estudos recentes, como estes de Antônio Márcio Buainain e Daniela Pires<sup>13</sup>, mostram que “enquanto outros países, em momentos de ruptura histórica, adotaram legislação apropriada para corrigir as distorções decorrentes da concentração da propriedade da terra, [como] a *Homestead Act* nos EUA, a *Corn Law* na Inglaterra e as *Reformas Napoleônicas* na França”, o Brasil, na contramão da história, avançaria até meados do século XX com o mesmo anacronismo com que ele deu os primeiros passos, no século XVI. Nem mesmo o *Estatuto da Terra*<sup>14</sup>, de 1964 – cujo conteúdo é mais socializante que a *Lei de Terras*, aprovada vinte e dois anos depois pelo Governo Sarney – conseguiu romper com os hábitos atávicos no que concerne a intocabilidade do latifúndio, seja ele produtivo ou não. Criado durante o governo Castello Branco, ele sequer foi colocado em prática, pois, a seu desfavor, recaiu todo o jogo político e os interesses não apenas da grande burguesia rica nacional, mas, também da pequena burguesia representada pela numerosa classe média do país.

Mesmo atávica quanto aos costumes oligárquicos, a grande burguesia rural não podia mais fechar os olhos para um processo que estava em curso desde fins dos anos 1940: a modernização da agricultura. Na verdade, ela resultou de uma outra modernidade – a revolução tecnológica. No Brasil, deu-se a ela o nome de “modernização conservadora da agricultura”, porque não passou de uma artimanha do grande capital latifundiário para aniquilar de vez a pequena e média propriedade, de caráter essencialmente familiar. Para os dois autores supra-citados<sup>15</sup>, “além de ampliar o mercado para as indústrias e a diminuição da dependência em relação ao trabalho temporário, o incentivo à utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e as políticas de crédito seletivas em favor dos grandes produtores reforçaram a concentração da terra e o crescimento econômico excludente”. Vê-se, com isto, que a contradição se estampara de vez, pois, por falta de ativos, ou melhor, por nunca disporem de um centavo sequer em poupança, aos pequenos produtores deveriam ser concedidas todas as facilidades de crédito. Mas, por serem justamente pequenos, por não disporem de garantias bancárias, deu-se o contrário: foram barrados do baile.

Ora, apesar de sermos um País e um Estado marcados pelo signo da agropecuária, convivemos com situações contraditórias, como, entre muitas outras, a ausência de uma sociedade camponesa voltada prioritariamente para a produção familiar capaz de se auto-sustentar e de comercializar o excedente no mercado interno. No campo, as questões relativas ao trabalho e à produção são das mais complexas, porque muitas são as formas de relações sociais e econômicas e de concessão de privilégios. A principal delas, sem dúvida, é a concentração fundiária, que provocou a saída forçada de milhões de pessoas do meio rural em direção às periferias pobres das cidades e fomentou movimentos sociais de toda ordem – desde a Revolta de Trombas e Formoso em Goiás, liderada por Zé Porfírio nos anos 1950 no município de Uruaçu, ao MST dos dias atuais.

## **Fazenda multifuncional versus economia/produção camponesa**

*“Todos os países da Europa viveram, durante séculos, em economia camponesa”<sup>16</sup>.*

O epíteto de Braudel para a Europa poderia ser aplicado ao Brasil e a Goiás? Ou melhor, teríamos nós brasileiros e goianos vividos em economia camponesa nos moldes da que existiu, por exemplo, em Portugal que nos colonizou? A resposta a esta questão não é nada fácil de ser dada, porque, como mostrado logo acima, “modelos” trazidos do velho mundo, como a Lei de Sesmarias constantemente invocada, não produziram os efeitos que deles se esperavam. Ao contrário, criaram excrescências, como, em vez de racionalizar as práticas agrícolas e criar uma autêntica classe de trabalhadores rurais, ou melhor, em vez de criar e desenvolver uma cultura camponesa, aguçaram mais ainda o problema do acesso à propriedade não apenas pelas parcelas mais pobres da população, mas também pelo que se poderia chamar de classe média da época – os funcionários públicos e os pequenos comerciantes. O surgimento da agricultura como atividade permanente em quase nada favoreceu a criação de uma autêntica cultura camponesa, porque não tinha sua produção solidamente baseada em uma estrutura tipo propriedade familiar. Ela nasceu sob o signo do trabalho escravo. Em Goiás, primeiro veio a sociedade urbana que ouro criou; depois, surgiu a sociedade de raízes rurais, cujo símbolo inconfundível foram as fazendas tradicionais que se instalaram por toda parte do território. Dado o favorecimento das leis ao caráter concentrador da terra e da propriedade nas mãos de poucos privilegiados, essas fazendas eram mais uma estrutura oligárquica, como a dos grandes engenhos e a dos grandes cafezais dos barões do século XIX, que uma propriedade rural voltada essencialmente para o abastecimento regular das cidades próximas.

Mais tarde, não obstante os entraves de ordem política e econômica de que falávamos – mais estruturais que conjunturais –, é que a fazenda tradicional foi tocada por braços familiares que não tinham recursos para pagar trabalho escravo. Aí sim, podemos, mesmo que timidamente, falar, senão de *economia camponesa* (que supõe a existência de um mercado onde se comercializaria naturalmente

os produtos advindos da roça), pelo menos de *produção camponesa* de produtos básicos para a auto-suficiência: carne, arroz, feijão, mandioca, milho, cana, rapadura, açúcar mascavo e, na surdina, cachaça. Desse modo, se levado rigorosamente ao pé da letra, não houve no Brasil e em Goiás do passado uma economia tipicamente camponesa.

Paradoxalmente, ao contrário do que caracterizou a Europa antiga, e ainda está hoje fortemente enraizada em países tradicionalmente agrícolas, como a França, a Itália e, sobretudo, Portugal, por exemplo, em Goiás, o que se poderia realmente chamar de *economia camponesa*, só veio aparecer mais tarde, a partir das primeiras décadas do século XX. Dois fenômenos marcaram esse processo: primeiro, a entrada de milhares de famílias migrantes, procedentes, sobretudo de Minas Gerais, à procura de terras para se instalar e produzir alimentos; em segundo lugar, a abertura das zonas pioneiras – espontâneas no início, como a ocupação do “Mato Grosso” de Goiás, em volta da cidade de Anápolis, e da atual região da “Estrada do Boi”, em torno da cidade de Mozarlândia, no Vale do Araguaia, e, depois, comandadas pelo governo federal, com a criação e instalação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres, no Vale do São Patrício. Por que só a partir desse momento é que se pode falar *economia camponesa* em Goiás? Porque ela se enquadrava dentro dos parâmetros dos quais fala Braudel<sup>17</sup>:

- 1) a agricultura, que se integra a essa economia, representava certamente a metade, ou mais, da produção total;
- 2) a metade, ou mais, da população estava engajada em tarefas agrícolas;
- 3) a metade, ou mais, da produção dependia de famílias camponesas, por oposição às grandes explorações.

Como se pode afirmar isto, se somente há pouco mais de um quarto de século é que se realizaram realmente os primeiros censos agropecuários no Brasil? O conhecimento empírico e os trabalhos de autores que tratam das questões agrárias no Brasil, como José de Souza Martins, e mestres

estrangeiros, como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, o confirmam. Este último fala – ao se referir aos *arraiais de domingo* – dos agricultores e pequenos proprietários que viviam trabalhando nas terras na abertura da frente pioneira paulista e que se organizavam e produziam uma agricultura caracteristicamente familiar.<sup>18</sup> Pierre Monbeig, autor de uma obra de referência sobre esse assunto<sup>19</sup>, foi seguido por vários autores goianos e não-goianos<sup>20</sup> para mostrar a característica camponesa da economia de Goiás que, a partir da ocupação pioneira das regiões de boa fertilidade natural dos solos, durou até o advento do “milagre econômico” dos anos 1970. Espiridião Faissol aborda o assunto em seus trabalhos sobre o “Mato Grosso” de Goiás (1952); Horieste Gomes o faz em sua *Geografia sócio-econômica de Goiás* (1969), Eliane Garcindo Dayrel enfoca o processo de ocupação e colonização do Vale do São Patrício (1974); Antônio Teixeira Neto mostra em sua tese de doutorado de 1975 que, entre os fatores de povoamento e urbanização de Goiás, a atividade agro-pastoril respondeu pelo nascimento e sobrevivência de mais de 80% dos “Patrimônios”, “Corrutelas”, “Comércios” e “Ruas” em meio rural que se constituíram em embriões de cidades goianas<sup>21</sup>; Maria José Rezende Barreto enfoca a questão da concentração da propriedade no Vale do São Patrício, quarenta anos após a criação da Colônia Agrícola (1981); Maria de Souza França aborda a expansão da agricultura no “Mato Grosso” de Goiás (1986); Maria Esperança Fernandes Carneiro (1986) mostra que um dos principais objetivos do movimento camponês de Formoso e Trombas era, entre outros, criar um sistema democrático de agricultura familiar essencialmente camponesa. Entretanto, as transformações no campo se processando com rapidez, viu-se com a modernização acelerada da agricultura, ou em consequência do desmantelamento sistemático da pequena agricultura familiar pelos governos militares após 1964, que tudo voltava a ser como antes. As estatísticas mostram que, de 1970 para cá, por exemplo, o número de pequenas propriedades familiares, voltadas essencialmente para uma *economia tipicamente camponesa*, diminuiu, dando lugar às grandes fazendas de gado ou às empresas rurais que produzem grãos de exportação. Excluindo-se talvez os hortifrutigranjeiros – que utilizam geralmente os fundos de vales úmidos para a produção de verduras em propriedades familiares, ou arrendadas por

famílias – e os pequenos produtores instalados em quase minifúndios, tudo ou quase tudo que é classificado como “lavoura rica” vem dos grandes estabelecimentos rurais. Contudo, mesmo que contraditoriamente, ainda era essa pequena propriedade de caráter familiar que, até recentemente, abastecia o mercado consumidor em produtos básicos em cerca de 70%, com o nos mostra José de Souza Martins<sup>22</sup>.

Bem ou mal, ou melhor, quer queiram quer não, mesmo carcomida pelos anacronismos que a marcaram, e a marcam hoje tanto ou mais que no passado, porque castigada pelo monopólio da terra pelos oligopólios modernos, foi do campo, parafraseando Braudel<sup>23</sup>, que surgiram os setores modernos da indústria, dos serviços urbanos, dos transportes e as mil formas novas da vida nacional e principalmente goiana. Logicamente, foi também do campo que surgiram os problemas – êxodo rural maciço, inchaço das cidades, deterioração da qualidade de vida nas periferias das grandes, médias e até mesmo pequenas cidades – advindos de uma situação tão velha quanto injusta: a da exclusão à propriedade da terra de uma enorme massa de camponeses. A historiadora Ana Lúcia da Silva nos mostra sem disfarces que as diferentes formas de relações sociais e de trabalho – da *camaradagem* ao *coronelismo*, passando pelos *parceiros*, *agregados* e *arrendatários* – que, de certo modo, perduram até hoje no campo, nada mais eram que formas veladas de escravidão<sup>24</sup>.

É impossível abordar a história da agricultura e da pecuária goiana sem tocar nessas feridas. Na verdade, é tocando nelas que podemos corrigir as distorções e aperfeiçoar esse sistema de produção e abastecimento do qual depende todo indivíduo, indistintamente. Nada do que é produzido no campo para alimentar dignamente as pessoas é supérfluo, porque, intrinsecamente, resulta daquilo que mais dignifica o indivíduo humano: o trabalho. Perverso é o mercado, ou melhor, o capitalismo, porque, ao desconsiderar o valor do trabalho que está contido na mercadoria que o trabalhador e produtor rural produzem, ele vilipendia os custos e os preços de produção para especular e duplicar os ganhos. Essa é com toda certeza uma das formas mais cínicas e desumanas de mais-valia.<sup>25</sup>

## **As mudanças no campo e na cidade**

O moderno (as grandes empresas rurais, tão insaciáveis de terra quanto o foram os coronéis do cerrado, os senhores de engenho e os barões do café) e o velho (os anacrônicos latifúndios e minifúndios improdutivos e as pequenas propriedades familiares que, entregues à sua própria sorte, esperneiam para subsistirem à margem das políticas de fomento à produção) convivem no mesmo espaço territorial, como se o primeiro só se justificasse – pior ainda, só sobrevivesse – com a existência do segundo. Os dados estatísticos parecem confirmar isto, pois, as grandes indústrias de transformação de produtos agrícolas, os grandes monopólios, precisam de seus “satélites” – a pequena e média propriedade – para se abastecer de matérias primas e para suprir o mercado interno em produtos de primeira necessidade. Na verdade, trata-se de um esquema tão antigo quanto a humanidade, ao qual se dá o nome de cadeia de produção e consumo. Sabe-se que, nessa cadeia, o produtor e o consumidor são o começo e o fim da linha. Como acontecia antigamente, o começo (quem produz) e o fim (quem consome) dessa cadeia imutável continuam sendo as grandes vítimas do modo capitalista de produção. Até recentemente, e isto é do tempo da geração anterior aos anos 1960, o lavrador trabalhava a terra com a enxada e derrubava o mato com o machado. E o arado já existia há mais de mil anos! Por que todo esse atraso? Perguntar-se-á sempre, mas as respostas não são jamais completas. Debita-se quase tudo ao modelo de sociedade que somos incapazes de mudar ou de trocar por outro mais justo. São 500 anos de latifúndio!

Atualmente, com o aporte da revolução científica e tecnológica, a revolução no campo se processou, sobretudo, quanto às “técnicas agrícolas”, à “produtividade”, ao “transporte e armazenamento”, à “biotecnologia” e, tão importante como estes últimos, ao “gerenciamento”, que, em outras palavras, quer dizer “competitividade”. Porém, não obstante esses aportes, a agricultura permaneceu no mesmo lugar quanto às relações de produção e consumo. Ela pouco mudou, ou influenciou, os gestos e os hábitos no comercializar com mais justiça o que a modernidade aperfeiçoou

no produzir. Essa é uma das faces da moeda. A outra, é o anacronismo da estrutura fundiária, que em vez de facilitar o acesso à terra a quem realmente dela necessita para trabalhar, a concentra nas mãos de verdadeiros oligopólios. É clássica no Brasil, principalmente em territórios de vocação agrícola, como Goiás, a forma como as propriedades rurais se constituem em se tratando de quantidade e de áreas dos estabelecimentos: apesar de ser a menos numerosa, a grande propriedade – por oposição às de tamanho pequeno ou médio – ocupa geralmente mais da metade da área rural total do território. Entre os primeiros dados confiáveis sobre a agropecuária no Brasil fornecidos pelo Recenseamento Geral do Brasil de 1970 e o que é mostrado trinta e três anos mais tarde, a propriedade se concentrou mais ainda. Aliás, é esta a exigência do modelo econômico vigente, que privilegia a grande propriedade – as empresas rurais que se organizam em forma de Sociedades Anônimas – em detrimento da pequena e média propriedades, de caráter essencialmente familiar, conforme é mostrado na tabela abaixo.

Pouco tempo depois, já no limiar do século 21, e diante das novas realidades sociais, políticas e econômicas regionais, nacionais e planetárias, o arranjo sócio-espacial do território se inverteu bruscamente: o que era bom apenas para criar gado solto – o cerrado tradicional – se tornou no carro-chefe do agro-negócio goiano, e as regiões da agricultura tradicional, como as do “mato grosso” – as terras de boa fertilidade natural – estão passando por um processo de readaptação à pecuária de semi-confinamento e de monocultura rica – com ênfase para a produção de cana para a indústria alcooleira –, ou se transformando em áreas de expansão urbana e de especulação imobiliária próximas às grandes cidades, como Goiânia-Aparecida de Goiânia, Anápolis e, obviamente, Brasília e seu conturbado entorno. Pelo visto, não é mais o campo que comanda e decide o que a cidade vai consumir, mas o que esta última estabelece como prioridade. Antigamente, o campo mandava e a cidade obedecia. Hoje se dá o contrário: o campo tem que seguir os desígnios da cidade.



## CADASTRO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO ESTADO DE GOIÁS EM 1.970 E 2.003

Propriedade	Quantidade (Q)				Área ocupada em ha (A)				Evolução 70/03	
	1970	%	2003	%	1970	%	2003	%	Q (%)	A (%)
PEQUENA (menos de 100 ha)	68.727	59,2	103.205	70,5	2.581.000	8,9	5.034.458	16,3	50,2	95,1
<b>MÉDIA</b> <b>De 100 a 1.000 ha)</b>	<b>42.258</b>	<b>36,4</b>	<b>31.168</b>	<b>22,0</b>	<b>13.108.000</b>	<b>45,2</b>	<b>9.104.528</b>	<b>29,4</b>	<b>- 26,2</b>	<b>- 30,5</b>
GRANDE (mais de 1.000 ha)	5.108	4,4	12.088	7,5	13.311.000	45,9	16.817.944	54,3	136,6	26,3
<b>TOTAL</b>	<b>116.093</b>	<b>100</b>	<b>146.461</b>	<b>100</b>	<b>29.000.000</b>	<b>100</b>	<b>30.956.930</b>	<b>100</b>	<b>26,2</b>	<b>6,7</b>

Fonte: IBGE (1970). Recenseamento Geral do Brasil – Goiás; INCRA (2003). Goiás: Imóveis cadastrados por município. In: SEPLAN-GO. *Anuário Estatístico de Goiás*.

A análise dessa tabela é inequívoca, pois, ela vem confirmar o fenômeno que pode ser apontado como a causa principal do que está acontecendo no campo: a concentração da propriedade em poucas mãos e, conseqüentemente, o surgimento de uma classe social de deserdados – os camponeses sem terra –, de onde surgiu o MST. Uma sociedade nivelada pela média justa da distribuição da riqueza nacional é considerada uma sociedade sem grandes conflitos sociais. Mas, ela começa a desmoronar quando esse pilar central – a classe média – também começa a desaparecer, se aproximando mais da base da pirâmide social que do vértice. E é isto que está acontecendo, porque, no campo – historicamente, base econômica de nosso PIB (Produto Interno Bruto)<sup>26</sup> –, a propriedade média (destacada em **negrito** na tabela), de caráter eminentemente familiar, está sendo engolida pela grande propriedade, de caráter latifundiário, ou se esfacelando em minifúndios improdutivos, geralmente de caráter especulativo. Os números não mentem. Eles apenas confirmam o que, empiricamente, toda a sociedade já sabe.

### O comércio e o movimento cidade-campo e vice-versa

Pierre George<sup>27</sup> nos mostra resumidamente que comércio “é a transmissão de produtos para as áreas de consumo, segundo uma cadeia mais ou menos complexa constituída pelos lugares e pelas estruturas de produção”. Nesse movimento, a forma mais elementar de comércio é a venda direta do produtor ao consumidor, tal como se praticou por muito tempo em todo o Brasil, principalmente em

regiões de pouca mobilidade espacial e pouca habitada, como a da então Capitania de Goiás. Pode-se, portanto, com toda obviedade, dizer que esse tipo de “transmissão de produtos” começou por aqui quando a agricultura primou sobre a mineração, sem, contudo, caracterizar uma autêntica rede, porque as trocas se faziam em um espaço restrito, de arraial para arraial e, raramente, de uma região ou de uma Capitania ou Província para outra. No tempo do ouro, durante praticamente um século, tudo ou quase tudo vinha de fora. Nesse período, a Capitania de Goiás era uma região exclusivamente importadora de mercadorias e de homens. Mas, por mais inexpressiva que fosse, houve atividade rural que produziu alguma coisa, nem que fosse para amenizar as agruras do abastecimento das minas ou, como se disse, para trocas entre os arraiais. As trocas comerciais à distância, aquelas que realmente impulsionam o comércio e introduzem mobilidade no grande espaço, só são realmente aceleradas, ou, na verdade, realmente iniciadas, com o incremento da agropecuária, quando se exportam os excedentes do que é produzido nas fazendas multifuncionais de que falávamos – couros, carnes, farinha, açúcar de forma (açúcar mascavo), cachaça – para Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, São Paulo, Belém, etc.

A vida agrária dominou o espaço goiano e a vida urbana por muito tempo. Os arraiais coloniais eram insignificantes demais – tanto pela sua população diminuta, quanto pelo que podiam oferecer de conforto e serviços para os seus habitantes –, para que as relações cidade-cidade pudessem determinar o ritmo, a intensidade e a especialidade da atividade econômica. Enquanto que nas regiões mais urbanizadas (na Europa, sobretudo) o movimento *campo-cidade* se intensificava – consequência da primeira revolução industrial –, em nosso país, principalmente em territórios pouco povoados, como Goiás, o movimento aconteceu em sentido contrário: *cidade-campo*. As cidades, tomadas por uma inércia que se apossou delas depois que o ouro secou, pararam no tempo e pouco cresceram, tanto em população como em construções urbanas. Transformaram-se no que Braudel<sup>28</sup> chama de “cidades adormecidas”, ou seja, “aquela que se contentam, essencialmente, a viver como parasitas do campo que lhe é próximo” A maioria não dispunha sequer de uma mínima atividade manufatureira, mas apenas de pouquíssimos artesãos – fabricantes de utensílios e produtos corriqueiros, como painéis de barro,

tecidos grosseiros de algodão cru que saíam dos teares primitivos, arreios, calçados simples etc. Nelas permaneceram, além dos pobres, apenas a tradicional categoria de servidores públicos e privilegiados notáveis (juízes, meirinhos, coletores de impostos, militares de alta patente), bem como a classe que se poderia chamar de burguesa – os ricos proprietários de alguma coisa, principalmente de terras e do comércio. A saída? Todo mundo sabia: o campo. Poucos foram os arraiais que conseguiram sair desse estado prolongado de indolência. Mas, houve quem permanecesse lá onde estão – meio adormecidos, é verdade – para, mais tarde, se abrirem para o exterior, para o comércio à grande distância. É nesse momento – mais precisamente a partir da segunda metade do século XIX, como se pode depreender dos inúmeros relatórios dos presidentes provinciais – que alguns arraiais coloniais goianos vão desempenhar o importante papel de centros de comando da economia rural e demonstrar que cidade e campo são obrigados a viverem juntos.

Partindo desse pressuposto, e tendo em vista a situação geográfica que cada um deles ocupa no espaço, pode-se dizer que foram os antigos arraiais de Catalão (por muitos anos a principal porta de entrada e saída das tropas e dos carros de bois que demandavam a Goiás), Meya-Ponte, atual Pirenópolis (principal confluência dos caminhos que se dirigiam para o oeste, o norte, o sul e o sudeste do País), Couros, também chamado de Formosa da Imperatriz (porta de entrada e saída para a Bahia), bem como Natividade, no Tocantins (ponto de junção dos caminhos que vinham do sul da Capitania e do litoral baiano em direção a Porto Real, hoje Porto Nacional) e, claro, a antiga Villa Boa (rebatizada em 1818 com o nome de cidade de Goiás e, desde 1739, a capital e centro de decisões da Capitania, da Província e do Estado até o advento da Revolução de 30), que desempenharam esse papel de comando da economia. Por muito tempo eles se constituíram nos principais pólos da retomada dos fluxos – as tropas e boiadas – que saíam do território goiano em direção às outras regiões do Brasil. Deles, portanto, saíam os outros caminhos secundários que – com o deslocamento, a partir das primeiras décadas do século XX, do centro de gravidade do território, situado na cidade de Goiás, para cidades como Anápolis e, nos anos revolucionários de 30, para Goiânia – os ligavam às regiões produtoras que

se abriam principalmente no sul e no sudoeste do território. Tudo era muito simples em seu funcionamento: vilarejos e arraiais que serviam de pontos de apoio à zona rural captando os produtos e repassando-os para a cidade grande e estas, como que entrepostos avançados dos centros de consumo e comércio, exportando os excedentes e importando o que a região não produzia. Lentamente, como que sem pressa, criou-se então uma rede de relações entre o comércio goiano e o comércio de longo curso e, embora escassa, a moeda fazia parte desse jogo.

O processo era realmente este, mas o tempo que se levava nesses movimentos era enorme. A vida fluía – ela nunca cessou de fato –, mas muito lentamente. Porém, ao se falar desse esquema funcional, que é tão antigo quanto a humanidade, pode-se dar a impressão de que os intercâmbios eram numerosos e que, nos seus rastros, toda uma vida nova e animada em breve redinamizaria os arraiais antigos e os sertões. Ora, naquele tempo, como relatam os historiadores, uma tropa e seus carros de boi transportando as coisas levavam meses para ligar essas cidades aos outros centros consumidores e fornecedores do sudeste do Brasil, da Bahia ou do Mato Grosso. As grandes distâncias e a precariedade dos caminhos (na verdade, pistas que vazavam os sertões) se interpunham à pressa dos tropeiros. O difícil realmente era manter povoados esses arraiais, porque seus déficits em vidas humanas eram permanentes. Mas, num processo lento de crescimento demográfico, em que o saldo positivo era pouco maior que o negativo, o que caracteriza um pequeno, mas contínuo, crescimento vegetativo da população, as cidades que sobreviveram se sustentaram – juntamente com o campo – com pequenos contingentes demográficos até o advento dos grandes movimentos migratórios em direção, principalmente, às terras do sul da antiga Capitania de Goiás.

### **A natureza, as paisagens rurais e os hábitos agrícolas**

*“Nada ocorre na natureza em forma isolada. Cada fenômeno afeta a outro, e é por seu turno influenciado por este; é em geral o esquecimento desse movimento e dessa interação universal o que nos impede de perceber com clareza as coisas mais simples”. (Engels)*

A **“tirania” da natureza** – Essa é uma das premissas de qualquer trabalho que envolva o homem e o meio ambiente que o circunda: como é a natureza do território, quais são suas especificidades, suas dificuldades e seus trunfos e de que maneira o homem a ela primeiro se adaptou e depois a dominou e a modificou. Em Goiás o traço obsedante da paisagem natural é o cerrado, intercalado aqui e acolá por placas de vegetação mais densa – o “mato grosso”, como são chamadas, que se espalham principalmente no Vale do São Patrício, na Vertente Goiana do Paranaíba e no Vão do Paranã – e entrecortado por vales também férteis, como os dos rios Crixás-Açu, Meia-Ponte, Turvo-Bois, etc. O seu relevo tem uma particularidade ímpar: além de dividir o território em duas metades, ele, no seu ponto mais elevado – Planalto Central – abriga as cabeceiras de três bacias hidrográficas importantes do Brasil: a Tocantínia (cujas águas escoam para o Norte, em direção à Amazônia através dos Rios Maranhão, Paranã e das Almas), a Paranaica (que escoam suas águas para o Sul, em direção ao Rio da Prata através dos Rios Corumbá, São Bartolomeu e São Marcos) e a Sanfranciscana (cujas águas escoam para o Leste através dos Rios Preto e Urucuaia). Acrescente-se a esse fluxo das águas, o papel de outros rios, como o Araguaia e sua imensa bacia (que drena toda a banda oeste de Goiás) e outros menores – Verdão, Claro, Corrente e Aporé (que drenam basicamente o sul-sudoeste do Estado), Caiapó, Vermelho, Peixe, Crixás-Açu (que alimentam o Araguaia). O sentido desse escoamento comandou também em Goiás o sentido de outros fluxos, conferindo ao território um simbolismo peculiar: o seu papel geopolítico, na medida em que Brasília, do alto do Planalto Central, seguindo o caminho das águas, comanda a vida política do país, dirigindo as ordens e as decisões para os quatro cantos do território nacional. Essa permeabilidade do território goiano faz dele o ponto estratégico das articulações espaciais brasileiras. Só por esse lado, Goiás é hoje – mais do que foi no passado – o elo estratégico da articulação e da mobilidade espaciais de todo o território brasileiro.

Atualmente, em todas as regiões goianas, a revolução no campo quase tudo modificou e transformou nesses últimos 50 anos e a paisagem natural praticamente desapareceu. Essa paisagem nova é fruto de um processo histórico de ocupação e povoamento do espaço que, lento no início, se

acelerou na última metade do século que terminou. Como diria o historiador<sup>29</sup>, “ela (a paisagem) dissimula a própria natureza, como uma roupa que lhe fosse vestida”. Apenas dissimula, pois, mesmo assim, pretender que o homem domine totalmente a natureza não passa de um sonho, de uma idiota utopia, de graves conseqüências para o meio ambiente natural e social. Quando, para citar apenas um exemplo dos mais banais, se desmata intempestivamente, a natureza imediatamente dá o troco com enchentes que destroem, devastam e matam. Muitas vidas foram ceifadas por desobediência às leis mais elementares do mundo natural. Os avisos são dados todos os anos e em todo lugar a todos os homens. Os dramas humanos vividos por milhares de famílias que ocupam imensas áreas de risco nas grandes regiões metropolitanas brasileiras, se repetem todos os anos. Parecem não servir de aviso, porque nunca pararam de acontecer. Os desabamentos verificados em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo no mês de janeiro de 2003, por oposição à seca que assolou a Amazônia brasileira em 2005, ou aos furacões que devastaram cidades inteiras nos Estados Unidos, como Nova Orleans, nada mais são que refrões de uma canção fúnebre. Quando, por exemplo, o *El Niño* chega, trazendo chuvas abundantes no Sul e Centro-Oeste e secas impiedosas no Nordeste do País, as cidades que cresceram desordenadamente são castigadas e punidas pelo riacho insignificante que se transforma em torrente feroz, e as lavouras no sertão reduzem-se a cinzas. Quando as tempestades chegam, o mundo vira de cabeça para baixo. Não há como impedir totalmente as grandes catástrofes naturais, pois o mundo, tanto no passado como no presente, ainda está submetido “à ditadura do meio físico”. Vidal de La Blache<sup>30</sup>, o pai da geografia moderna, há cem anos nos mostrava que em qualquer estudo, qualquer projeto sobre o meio social e econômico “há sempre que se referir ao conhecimento do meio físico [...], porque não há como ficar inteiramente livre da tirania das forças naturais”. A natureza pode, é verdade, ser em parte domada, mas, pelas razões invocadas, em última instância é ela que hoje – mais intensamente que no passado – impõe seu ritmo.

**As mudanças no campo** – “O grande jogo da natureza é a sucessão das estações”, diz Braudel<sup>31</sup> em ritmo de verso. Mas, em nossa terra, aquilo que seriam as quatro estações, na verdade não passam de duas: uma chuvosa – de outubro a abril –, que para muitos é o “inverno”, e outra seca – de maio a setembro –, que é o “verão”. Quaisquer que sejam os nomes se dêem a essa divisão simplificada das estações, são elas, como diz o historiador francês, que “de maneira monótona comandam o calendário dos trabalhos agrícolas [...] Elas ritmam a alternância dos períodos de atividades e de tempos mortos da vida camponesa”<sup>32</sup>. A agricultura irrigada de hoje começa, no entanto, a romper esse ritmo, fazendo praticamente desaparecer o tempo “morto”, mas um outro problema começa também a surgir: a água diminui assustadoramente com as modificações climáticas que se desenham e com o seu uso pouco controlado pelas autoridades responsáveis.

No começo, as coisas pareciam não ter pressa para acontecer, como se um estigma – o de um passado glorioso – nos impossibilitasse de esquecer as esperanças e os infortúnios que o ouro quase perpetuou na memória de cada um de nós. Vimos que a agricultura engatinhou quase um século para, finalmente, se tornar na atividade social e econômica – mais social que econômica, na medida em que ela se enraizou na consciência dos indivíduos como único caminho para se sair de um estado de quase torpor coletivo – em torno da qual a grande maioria dos goianos, senão todos, fizeram o seu caminho, a sua fartura e, também, o seu infortúnio. Mas, dos passos lentos iniciais à acelerada economia de mercado, que é a moderna agricultura, foi necessário mais um século. Nesse percurso, as paisagens naturais e os campos derrubados e plantados sofreram transformações de tal ordem que, hoje, nem mesmo o viajante mais atento dos “anos dourados”, que são os da geração desse autor, seria capaz de reconhecer o que os olhos haviam registrado. De economia rural voltada basicamente para abastecer o mercado interno – e, lógico, para a auto-sustentação das famílias –, a agricultura e a pecuária goiana se inseririam, a partir dos anos 1970, no mercado nacional e internacional não mais como meras fornecedoras de produtos básicos – arroz, feijão e carne –, mas como alimentadoras de uma nova concepção de agricultura – a agroindústria. O curioso é que nessa nova ordem econômica, conforme já

foi enfatizado, o que antes era espaço ocupado pelo boi, hoje são imensos campos semeados de grãos ditos nobres. À exceção das áreas ainda pouco exploradas pelas atividades rurais – que existem pontualmente aqui e acolá –, a revolução no campo se operou nas mesmas zonas de povoamento e urbanização antigos, sobretudo no “Mato Grosso” de Goiás. Constata-se por todo o território goiano que os grandes vales – como os do Araguaia, Tocantins, Crixás-Açu, Meia Ponte, Turvo-Bois, Claro, Caiapó, São Marcos e Paranaíba, entre outros – são o domínio da pecuária, aqui e ali mais moderna ou ainda tradicional, mas com ênfase para a moderna. As trocas de vocação econômica entre o vale e a chapada deram-se sem traumas, pois o palco das grandes plantações são as grandes áreas de pastagens naturais de antigamente. Essa espetacular transformação social e econômica da atividade rural verificada no nosso principal bioma – o cerrado – não tem paralelo em nenhuma outra região do País. Essa revolução se fez – e ainda está se fazendo – em cima da atávica e arcaica estrutura fundiária dominada em sua maior parte por atávicas e também arcaicas oligarquias. É assim que regiões como a do Vale do Rio Meia Ponte, em torno de Morrinhos, da Estrada de Ferro, em torno de Catalão e Ipameri, do Sudoeste Goiano, em torno de Rio Verde, Jataí e Mineiros, do Norte Goiano, em torno de Porangatu, Uruaçu e Niquelândia, do Noroeste Goiano, em torno de São Miguel do Araguaia, Nova Crixás e Mozarlândia, do Vale do Rio Vermelho, em torno da Cidade de Goiás, Jussara e Montes Claros de Goiás, do Oeste, em torno de Iporá, do Vale do São Patrício, em torno de Ceres e Goianésia, do Alto-Meia Ponte, em torno de Goiânia, Anápolis e Inumas, do Vale do Rio dos Bois-Turvo, em torno de Anicuns, Firminópolis e São Luís de Montes Belos e, mais recentemente, do Planalto Central, no Entorno de Brasília, não mais conservam a fisionomia de paisagem adormecida que perdurou por muito tempo. Elas mudaram de cara na medida em que bruscamente também mudaram os hábitos e os modos de tratar a terra.



## As agruras da atividade agro-pecuária

**Tabus e preconceitos** – De um modo geral, nas regiões em que a agricultura prima sobre o pastoreio, como é o caso de Goiás, o desprezo pelo agricultor por parte do criador de gado atravessou séculos. No apogeu da mineração, ou mesmo após a sua decadência, quando pouca gente se ocupava da terra para produzir alimentos, os que o faziam tinham, entretanto, seus olhos voltados para o gado, criado à solta. Em vários outros escritos já chamávamos a atenção para o fato de alguns autores consagrados de nossa historiografia pouco se referir à agricultura em Goiás, como, entre outros, o ex-presidente provincial e historiador José Martins Pereira de Alencastre<sup>33</sup>. Na realidade, essa atividade era vista pela maioria das pessoas como uma atividade pouco nobre. Nutria-se um imenso desprezo pelo lavrador. Aliás, é de se perguntar se ainda hoje não é a mesma coisa, pois palavras como “roceiro” e “caipira” são mais que pejorativas, são mesmo injuriosas para quem é assim qualificado. De onde viria esse preconceito? Certamente, buscando uma explicação mais simples, ele advém do fato de, até há pouco tempo, o agricultor trabalhar a terra apenas com mãos e braços no manejo dos instrumentos típicos do lavrador – o machado, a foice e a enxada –, como o faziam os escravos com as ferramentas de então, tanto nas minas como nas fazendas de cana, no Nordeste, e de café, no Sudeste. De um modo geral, salvo algumas exceções, como o trabalho dos artesãos, o trabalho braçal simbolizava, e simboliza ainda, o trabalho escravo, desqualificado. Se antigamente, o escravo era forçado a exaurir toda a sua força física em tarefas desumanas em troca de nada, hoje o trabalho braçal é mal remunerado. Essa é, por exemplo, a situação dos *peões* de obras, dos *bóias-frias* cortadores de cana, catadores de toco nas novas áreas de desmatamento em ambientes do cerrado, de algodão e de feijão, dos desempregados que, como nômades, procuram trabalho em zonas pioneiras na Amazônia ou até mesmo em regiões já estruturadas, como as grandes propriedades em zonas do cerrado e, sem dúvida, das *empregadas domésticas*, eufemisticamente chamadas de *secretárias*.

Por outro lado, mesmo realizando um trabalho manual diferenciado daquele realizado pelo agricultor, como, por exemplo, cuidar do gado, o vaqueiro se sente mais importante – e até socialmente superior – que o capinador e plantador. Até a postura de um e de outro se diferencia: enquanto o agricultor trabalhava com o dorso curvado e o olhar fixo para baixo, o vaqueiro parece ser mais altivo, pois do alto do lombo de seu cavalo campeador ele tem os olhos fixos no horizonte, como um senhor feudal que observava as lonjuras de sua propriedade. Poderia mesmo dizer que olhar para o chão é coisa de bicho à cata de comida. Cavoucar e escarafunchar a terra é coisa de bicho do mato. A verdade é que no Brasil, em todo tempo e lugar, criar gado era mais nobre que plantar. Nem mesmo hoje, quando em muitas propriedades modernas o cavalo campeador cedeu lugar à moto campeadora, e os tratores e máquinas agrícolas inteligentes substituíram o machado e a enxada no campo, o agricultor não é visto no mesmo pé de igualdade do criador, isto é, do fazendeiro. Aliás, ser fazendeiro é, sobretudo, ser criador, e não roçar e plantar, embora já se tenha incorporado ao vocabulário corrente expressões como, entre outras, “produtor rural” para minimizar a conotação pejorativa de palavras como “lavrador”, “camponês” ou mesmo “agricultor”. Outro fato que não pode deixar de ser observado é que, devido às facilidades oferecidas pela natureza, criar gado sempre foi mais cômodo e menos penoso que plantar. Enquanto que um só vaqueiro cuidava de uma centena ou mais de reses, seria necessária pelo menos uma dezena de peões para plantar, cuidar e colher cem alqueires de chão. Porém, mesmo diante destas facilidades – pastagens naturais abundantes, ausência de longas jornadas de trabalho sob sol abrasador ou sob chuva, como é o caso do trabalho do agricultor –, a pecuária levou certo tempo para deslanchar. Tanto os governadores da Capitania quanto os Presidentes da Província de Goiás não cansavam de lamentar o “estado de abandono” em que se encontravam as fazendas de gado.

**A roça e o criatório** – A modernização da agricultura, iniciada nas primeiras décadas do século XX, levou quase 50 anos para sair dos países ricos e de regiões mais desenvolvidas do Brasil e chegar a Goiás. Mas, isto aconteceu por aqui de maneira muito diferente do que havia acontecido na

velha Europa, de quem importamos a maior parte dos hábitos sociais que marcaram por muito tempo o nosso cotidiano no campo e na cidade. Por seu lado, a pecuária tradicional só era possível porque Goiás sempre dispusera de pastagens naturais imensas. Via de regra, as terras e paisagens geográficas do cerrado têm dois ambientes bem distintos: um, as áreas de “mato grosso” – que, via de regra, bordejam os cursos d’água, nos fundos de vale, geralmente destinadas à roça tradicional; o outro, as terras planas, as chapadas, ou as terras levemente onduladas – as encostas das serras – cobertas de uma vegetação mais rala e também de capim nativo, destinadas à criação de gado. Entre os dois ambientes ocorre aqui e acolá a presença de áreas de mata tipo tropical, como, entre outras, o “Mato Grosso” de Goiás, de cerradão, de campestre, de veredas úmidas, completando o mosaico de paisagens fitogeográficas do bioma cerrado.

O processo de ocupação dessas áreas seguia um ritual clássico: o “mato grosso” era derrubado e ateado fogo para dar lugar à roça e o cerrado queimado para “limpar” o terreno e favorecer o crescimento do capim novo. Foi dentro desse quadro limitado de recursos naturais e de técnicas primitivas ao seu alcance que o camponês de ontem tocava a sua economia de sobrevivência. Pierre Deffontaines<sup>34</sup> já chamava a atenção para esse traço característico de nossas práticas no campo: “no Brasil não se derruba o mato para o gado, mas para a plantação...” Outro viajante estrangeiro – Auguste de Saint-Hilaire<sup>35</sup> – mais familiar a nós goianos – há duzentos anos chamava a atenção para o modo predatório como os agricultores e fazendeiros goianos tratavam os seus campos e matas. Ela falava certamente desse hábito, até hoje arraigado entre nós, de se derrubar a mata e pôr fogo para plantar a roça. O Brasil é certamente o campeão das queimadas em todo o mundo. Realmente Saint-Hilaire tinha razão: hoje, sobretudo em Goiás, dispõe-se de menos de 10% das antigas matas (onde se plantava de modo tradicional) e dos cerrados (onde se criava à larga), como nos mostram muitos documentos elaborados por órgãos governamentais e não governamentais – IBGE, INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Especiais), EMBRAPA, IBAMA e a SEMARH (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e

Recursos Hídricos do Estado de Goiás), IESA (Instituto de Estudo Sócio-Ambientais, da UFG), ITS (Instituto do Trópico Subúmido, da UCG) – e especialistas do assunto.

Por muito tempo, por nossas bandas, a atividade agrícola foi tocada a braços humanos – primeiro, por escravos, depois, por peões e meeiros e outras formas de parcerias e arrendamentos. Se nas regiões mais desenvolvidas do País, o uso de instrumentos agrícolas, como o velho arado puxado por animais, só chegou com a vinda dos primeiros imigrantes europeus, imaginemos então como se trabalhava a terra por aqui no início de sua agricultura regular? Com as mãos, segurando os mais primitivos instrumentos de trabalho. Tudo por aqui, no começo, foi feito a golpes de machado, foice e enxada. Na época da colheita, o milho quebrado era debullhado à mão, o arroz era cortado com facão (o cutelo só aparece certamente mais tarde) e os feixes batidos no jirau com os grãos caindo sobre couros de boi estendidos no chão. Depois de recolhidos, iam para as tulhas e paióis, pois, raramente eram ensacados. No comércio, eles eram vendidos a granel, para onde eram transportados em bruacas penduradas em lombos de jumentos e mulas, ou em carros-de-boi. O excedente era comprado a preço aviltante pelo atravessador, pomposamente chamado de “atacadista”. Somos ainda testemunhas oculares desses tempos que não estão tão distantes assim do tempo atual. Mas, no Sul do Brasil, o trator e outros implementos agrícolas já estavam em uso. Presenciamos e participamos de tarefas dessa natureza e de outras tão duras e fatigantes, como capinar, semear, colher de maneira rudimentar e catar restos de mandioca espalhados no meio da palhada infestada de formigas, sob sol abrasador. Depois de descascada, ela era ralada em roda de ralar, ou manualmente em raladores arcaicos; em seguida, escorria-se a massa em tapitis, aparava-se a água em grandes bacias e gamelas para, depois de decantado o amido, retirar-se o polvilho. Torrava-se a farinha em tachos imensos de ferro ou de “pedra de Pirenópolis”, metia-se tudo nas bruacas e ia-se para a cidade – comendo poeira pela estrada afora – tocando os jegues carregados de farinha nova e de um pouco de polvilho. A metade do que era produzido ficava para o dono das terras.

Essas cenas vividas há meio século atrás eram as mesmas que se repetiam há séculos por todo lugar do Brasil. Já havia caminhões e tratores, mas na grande maioria das propriedades rurais – as fazendas multifuncionais desse imenso território do cerrado – praticamente tudo o que era necessário à subsistência era produzido localmente e a força de trabalho vinha dos braços dos homens e dos animais de carga. É justamente esse caráter – o trabalho braçal e a auto-suficiência em gêneros de primeira necessidade, inclusive a produção de tecidos grosseiros saídos dos teares artesanais – o que melhor caracteriza a *produção camponesa* de que falamos acima. Diferentemente do que acontecia, por exemplo, na Europa de um século atrás, felizmente para os nossos camponeses de então, o que alimentava os homens não constituía também em alimento para os animais, caso contrário não haveria excedente ou então se teria de plantar e de colher em dobro, para se dividir com os bichos. Dizemos infelizmente, não porque se auferia grandes lucros, mas porque o rendimento da terra era ínfimo, se comparado ao que se colhe hoje em área idêntica à que era plantada antigamente. O espaço aproveitado da roça de queimadas representa a metade ou menos da área derrubada, pois o resto era ocupado pelos tocos e pelos troncos que o fogo não conseguia devorar. A fartura da colheita dependia, como se costumava dizer, de São Pedro. Estiagem prolongada, plantação arruinada. Chuva demais, arroz “amarelado” e chocho e feijão melado e grão mixo. Adubo? Só o da fertilidade natural do solo. Geralmente, plantava-se uma vez por ano. Lavoura perdida logo no início da safra significava de novo capinar o chão, preparar a terra a tempo, antes que a chuva fosse embora. O trabalho era insano, às vezes impossível de ser realizado por falta de tempo bom e de braços descansados. Os animais de carga comiam capim nos baixadões úmidos ou nos pastos naturais, quando muito completado à noite com uma porção de milho ou de raspa de mandioca. Ao gado solto nos chapadões dava-se, pelo menos uma vez por ano, sal para suprir as necessidades orgânicas do animal desse nutriente. Tudo muito diferente do que era praticado no sul do Brasil, de clima quase temperado e de hábitos agrícolas mais modernos. Mas, foi assim que a maioria dos nossos antepassados abriu o caminho rumo à moderna agropecuária de hoje.

**Agricultura versus Pecuária?** – A interrogação pode levar o leitor a pensar que pecuária e agricultura se rivalizavam para saber quem pôde mais no passado e quem pode mais no presente. Não é nada disso, pois, desde já, é bom lembrar que agricultura e pecuária não são rivais, são, ao contrário, atividades interdependentes e complementares. O que existe realmente de diferente entre elas, é o papel que cada uma representa na ocupação e organização do espaço. Diz-se que “onde a pecuária domina, ela monopoliza a parte essencial da atividade rural, deformando-a, desfigurando-a aos olhos dos trabalhadores rurais ligados à policultura”. Dessa análise de Braudel<sup>36</sup> válida para uma França do passado, tiramos algumas reflexões para o quase presente de nossa atividade rural. As peculiaridades da estrutura fundiária de uma região nova, como a de Goiás, são bem distintas das de países antigos, como os países europeus em geral. Em nossa terra, vimos que, de um modo geral, as propriedades são enormes com relação às de lá. Isto já é um indicativo de que as práticas rurais são também diferentes. Por aqui sempre foi possível organizar as atividades agropecuárias bem compartimentadas, reservando-se para a agricultura terras bem distintas das destinadas para a criação de gado. Não há, portanto, superposição, mas no máximo rotação de usos.

De que maneira isto era feito? Num primeiro momento, a terra é desbravada para dar lugar à roça e, num segundo momento, depois de ser cultivada por certo período – em geral por quatro anos no máximo –, a terra “cansada”, mas praticamente limpa devido às queimadas constantes, é destinada às pastagens. Em regiões novas, recém-abertas, como as que existem no Sul do Pará, destinadas desde o início para a pecuária de corte, a mata é derrubada, o fogo ateado e – sem que houvesse o plantio da roça tradicional – logo em seguida o capim é semeado. Porém, em zonas pioneiras tradicionais dos anos da expansão da fronteira agrícola, como a que se abriram no “Mato Grosso” de Goiás (incluindo-se aí o Vale do São Patrício), no Vale do Crixás-Açu (ao longo da GO-164, denominada “Estrada do Boi”), no Sudoeste (em volta de Rio Verde), no Sul (ao longo do Vale do Paranaíba, de solos ricos de origem vulcânica), nos Vales dos rios Meia Ponte, Maranhão e dos Bois, enfim, por toda parte onde se

praticava a agropecuária tradicional, o desmatamento tinha por finalidade primeira produzir alimentos para consumo local e comercializar o excedente, tamanha era a fertilidade natural do solo. Só mais tarde, como aconteceu na Colônia Agrícola Nacional de Ceres, quando os objetivos da colonização foram sendo desvirtuados, seja por falta de apoio oficial ao empreendimento, como por falta de tecnologia, é que as terras se transformaram em pastagens. A topografia ondulada de muitas dessas regiões, que exige técnicas de proteção do solo para se evitar o desencadeamento dos processos erosivos, fez com que se mudasse de atividade por dois motivos principais: primeiro, porque a terra já estava cansada demais para produzir compensatoriamente sem a ajuda de insumos agrícolas, praticamente inexistentes naquela época; segundo, porque diante do desgaste natural da terra devido à ação natural dos agentes erosivos, principalmente das águas de escoamento superficial (enxurradas), a sua única proteção seria transformá-las em pastagens. Nesta passagem de um uso para outro, ou por falta de motivação, ou por falta de recursos técnicos e financeiros por parte dos pequenos proprietários, as propriedades foram sendo reagrupadas, deixando de ser pequenas, para se transformarem em verdadeiros latifúndios nas mãos de grandes pecuaristas. Ora, a atividade pecuária em sua forma tradicional, é muito mais exigente de espaço que a sua irmã agricultura.

As várias histórias de ocupação pioneira em Goiás são contadas do mesmo jeito: a agricultura desbrava, a pecuária toma, depois, o seu lugar. Foi assim que aconteceu por toda parte, e uma das mais importantes delas – a da região da “Estrada do Boi”, estudada pela geógrafa Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira<sup>37</sup> –, pode ser apontada como aquela em que esse fenômeno é o mais típico. Mas, as coisas mudaram muito no campo a partir da última metade do século XX. O território goiano se inseriu no mercado brasileiro e mundial como o novo *Eldorado* da moderna agricultura e hoje, de fato, ele é realmente compartimentado quanto à “vocação” produtiva da terra: ou só agricultura, ou só pecuária. Sob esse ponto de vista,   possível constatar, que l  onde as grandes planta es (*plantations*) dominam – normalmente nas grandes áreas de chapadas –, realmente a pecuária é ausente. A reconversão de usos do solo – antigas áreas de pastagens que estão se transformando em áreas de plantio de produtos

agroindustriais, como a cana-de-açúcar, por exemplo – está mudando a fisionomia econômica de antigas regiões pioneiras, como a do Vale do São Patrício, em volta de Ceres e Goianésia.

Do lado da agricultura, até o início dos anos 1970, conforme dados do IBGE, Goiás (que ainda contava com o território do atual Estado do Tocantins) se incluía entre os maiores produtores de arroz do Brasil – cerca de 1.250.000 toneladas em 1970, igualando-se à produção de cana-de-açúcar. Atualmente (2003), com a soja se tornando o carro-chefe da economia agrícola goiana, a produção de arroz – que, ao lado do feijão e da carne, se constituía no principal produto agrícola de Goiás –, chega apenas a 224.281 toneladas, enquanto que a cana-de-açúcar já registrava uma produção 56 vezes maior: 12.671.222 (cf. dados da Seplan-Go). Por seu lado, a criação de gado – que, historicamente, sempre teve mais *status* que lavrar a terra e plantar – ocupa áreas menos próprias à plantação, como as dos latossolos amarelados do extenso vale do Araguaia, ou as de regiões mais acidentadas das antigas zonas pioneiras da Vertente Goiana do Paranaíba, do “Mato Grosso” de Goiás, do Vão do Paranã e do vale do Tocantins, no Norte Goiano. De 1970 para cá o rebanho bovino dobrou de tamanho, passando de 9.5000.000 (incluindo-se o território tocantinense atual) para aproximadamente 20.000.000 de cabeças. Se ainda constituíssem um só território, Goiás-Tocantins teria hoje o maior rebanho bovino do Brasil, com cerca de 25 milhões de cabeças (cf. dados do IBGE e da Seplan-Go, respectivamente). Esses números atuais são, assim, a confirmação do caráter agroindustrial da produção dos campos goianos. Foi-se praticamente o tempo em que toda propriedade rural por aqui era multifuncional, ou seja, produzia de tudo. Esse caráter sócio-econômico só subsiste, talvez, em regiões mais pobres do território, ou, e ainda assim timidamente, em pequenas propriedades de caráter familiar – voltadas mais para o mercado local e regional. A divisão do trabalho e da função produtiva da terra está definitivamente implantada em nossos campos. Porém, réplicas de como eram as fazendas tradicionais e o que elas produziam, podem ser vistas no *Memorial do Cerrado* do Instituto do Trópico Subúmido da UCG e no *Museu da Agropecuária Goiana*, construído no Parque Agropecuário Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia.



## O que concluir?

Até recentemente, antes que a moderna agricultura transformasse regiões, como o Sudoeste Goiano, no novo *Eldorado do Sertão*, a roça tradicional, tocada à base de machado, fogo e enxada, e a criação de gado, praticada sobre imensas pastagens naturais, se constituíam no hábito agrícola natural de praticamente todos os goianos. Foi nessa fase que – a partir de meados do século XIX, com a chegada de imigrantes procedentes, principalmente, de Minas Gerais – deu-se início um processo que é próprio de uma região nova como a nossa: o da abertura das zonas pioneiras e de expansão das fronteiras agrícolas e demográficas. Machado, foice, enxada e carro-de-boi são para nós goianos mais que simples instrumentos e veículos ultrapassados: eles são os símbolos de nossa história, da história de nossos bisavós, avós e até mesmo de nossos pais, os pioneiros que povoaram e deram forma e existência a esse território e a essa sociedade da qual fazemos parte.

Foi assim que – após muitos embates envolvendo, de um lado, populações indígenas praticamente indefesas, e, de outro, populações migrantes que tinham por retaguarda todo o aparato do Estado – a agricultura e a pecuária deram origem e vida à grande maioria das cidades goianas e abriram o espaço ao processo de ocupação e povoamento. Ao longo desse percurso, sem salvaguardas, os primeiros povoadores e colonizadores do território goiano, não tendo como resistir à onda migratória dos brancos, se perderam no caminho da história. O ouro criou ilusões e dificultou o surgimento da agricultura como vocação natural de Goiás e como forma permanente de atividade. Após enfrentar toda sorte de percalços, sobretudo, a cobrança de taxas exorbitantes sobre o que se produzia no campo, a modernidade, enfim, introduziu Goiás na economia de mercado. Primeiro, veio a ferrovia, que rompeu com estruturas sociais e políticas arcaicas e atávicas, depois, foi a vez do caminhão, que rompeu sem barreiras os imensos chapadões, hoje é a globalização, que se instalou sem respeitar fronteiras e barreiras geográficas. Cada qual teve um papel importante nessas mudanças. A revolução no campo

mudou a fisionomia da sociedade e da economia goianas, é verdade, mas não eliminaram nossas raízes “caipiras”. Parece que não as perderemos jamais, porque, sem a roça e sem o boi, Goiás perderia o seu maior símbolo social, político e econômico e, talvez, não teria sabido como subsistir no espaço e no tempo.

Mesmo tendo consciência, como disse Braudel, de que toda sociedade é dividida e vive disto, não podemos fechar os olhos pra os abismos, o fosso imenso, que existem entre as classes sociais no que concerne a divisão das riquezas da terra. A dialética da história tem nos mostrado realmente que toda e qualquer sociedade nasce, cresce e desenvolve cheia de contradições. Tem nos mostrado também que o equilíbrio entre as diferentes classes sociais advém do confronto, dos avanços e dos recuos de cada uma delas, mas nenhuma sociedade sobrevive por muito tempo quando as contradições são insuperáveis ou quando o acesso aos bens materiais e sociais que ela produz se constitui em privilégio para poucos e em sofrimento para muitos. Questões sociais, como a reforma agrária, não podem se constituir em tabus que – como um fetiche – paralisam a sociedade, principalmente em um Estado, como o nosso, de tradição eminentemente rural. Por ter justamente essas características, e por ser a pequena propriedade familiar a que melhor atende à sociedade no que concerne o abastecimento do mercado em produtos essenciais, é que a repartição da terra tem que atender à demanda por parte de quem dela mais precisa para produzir – os pequenos e médios agricultores e criadores.

## NOTAS

<sup>1</sup> Cf. BOTTOMORE, Tom (1988), p. 149.

<sup>2</sup> *Apud* BRAUDEL, Fernand (1989) v. III, p. 10.

<sup>3</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de (1969), p. 41.

<sup>4</sup> *Op. cit.*, v. I, p. 259.

<sup>5</sup> SILVA E SOUZA, Pe. Luiz Antônio da (1812-1967).

<sup>6</sup> PALACIN, Luis (1972), p. 148.

<sup>7</sup> *Op. cit.*

<sup>8</sup> CHAUL, Nasr Fayad (1997), p. 85

<sup>9</sup> CAMPOS, F. Itami (1982).

<sup>10</sup> SILVA, Edma José (1996), p. 118-129

<sup>11</sup> AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque (2003), p. 39-73.

<sup>12</sup> RODRIGUES, José Honório (1961), p. 366-370.

<sup>13</sup> Cf. BUAINAIN, Antônio Márcio & PIRES, Daniela (2003). In: <http://www.abda.com.br/texto Antonio Buainain.pdf>, p. 4. Consulta em 6/12/2006, 10 h e 20 min.

<sup>14</sup> Entre outros objetivos, o *Estatuto da Terra* trazia em seu bojo o espírito da função social da terra, ao determinar que toda propriedade rural é um bem produtivo, e não um objeto de especulação e de reserva de valor.

<sup>15</sup> *Op. cit.*, p. 6.

<sup>16</sup> BRAUDEL, Fernand (1989), *op. cit.*, v. III, p. 10.

<sup>17</sup> *Id.*, *ibidem*.

<sup>18</sup> DEFFONTAINES, Pierre (1938), p. 139-144

<sup>19</sup> MONBEIG, Pierre (1952).

<sup>20</sup> BARRETO, Maria José Rezende (1982); CARNEIRO (1986). Maria Esperança Fernandes; DAYREL, Eliane Garcindo (1974); FAISSOL, Speridião (1952); FRANÇA, Maria de Sousa (1985); TEIXEIRA NETO, Antônio (1975).

<sup>21</sup> Os termos “Patrimônio”, “Corrutela”, “Comércio”, “Rua” são denominações populares que, até recentemente, se davam aos embriões de povoamento que deram origem às cidades por esse Brasil afora. O mais empregado entre esses termos para designar um embrião de cidade é “Patrimônio”, pois tem relação direta com a religiosidade do nosso povo, ou melhor, com a presteza com que proprietários de terras, sobretudo em zonas pioneiras, doavam a um Santo ou uma Santa da Igreja a área de terras para constituir o seu patrimônio. Mais que depressa, um loteamento surgia, uma igreja era levantada e um comércio de pequenas coisas era montado. Ao referirem-se a esses embriões de cidades, as pessoas diziam “vamos ao Patrimônio”, ou seja, vamos à “Corrutela”, ao “Comércio”, à “Rua”. Pode-se afirmar sem incorrer em erros que, com exceção dos antigos arraiais do ouro (Cidade de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Pilar de Goiás, Luziânia, Santa Cruz de Goiás, Niquelândia, Cavalcente, etc, e outros que estão agonizando porque carcomidos pelo tempo e pelo desprezo dos administradores, como Ouro Fino, Ferreiro, Traíras, Amaro Leite, Santa Rita...), poucas cidades goianas – Goiânia, Itumbiara, Aruanã, Caldas Novas, Trindade, Aragarças, Baliza, entre outras – nasceram fora do signo da roça e do boi. Na verdade, a atividade agro-pastoril foi o fator de povoamento e urbanização que direta, ou indiretamente, deu vida a praticamente todas as cidades de Goiás: Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu, Mineiros, Serranópolis, Santa Helena de Goiás, Quirinópolis, etc, no Sudoeste Goiano; Morrinhos, Goiatuba, Buriti Alegre, Bom Jesus de Goiás, Inaciolândia, Edéia, Porteirão, Panamá, etc, no Sul de Goiás; Ipameri, Orizona, Davinópolis, Corumbá, São Miguel do Passa Quatro, Cristianópolis, etc, no Sudeste de Goiás; Anápolis, Inhumas, Ceres, Goianésia, Rubiataba, Itapuranga, Carmo do Rio Verde, Itauçu, Araçu, Santa Rosa de Goiás, Ouro Verde de Goiás, Nerópolis, São Luiz de Montes Belos, Firminópolis, etc, no “Mato Grosso” de Goiás; Uruaçu, Amaralina, Nova Iguaçu de Goiás, Campinaçu, Formoso, Trombas, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Bonópolis, etc, no Norte de Goiás; São Miguel do Araguaia, Mozarlândia, Faina, Santa Terezinha de Goiás, Uirapuru, Novo Mundo de Goiás, Jussara, Santa Fé de Goiás, Fazenda Nova, Novo Brasil, etc, no Noroeste de Goiás; Posse, Iaciara, Teresina de Goiás, Guarani de Goiás, Divinópolis de Goiás, Nova Roma, Campos Belos, Buritinópolis, etc, no Nordeste Goiano; Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Guapó, Bonfinópolis, Hidrolândia, Santa Bárbara de Goiás, Bela Vista de Goiás, Santo Antônio de Goiás, etc, no Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG) e muitas outras pequenas aglomerações que surgiram, e que ainda surgem quase todos os dias, tendo por motivação a atividade agro-pastoril e as outras atividades ligadas a ela, como a abertura de estradas, a expansão da fronteiras agrícola, a modernização da agricultura, etc.

<sup>22</sup> MARTINS, José de Souza (1986), p. 38-39.

<sup>23</sup> *Op. cit.*, v. III, p. 14-15.

<sup>24</sup> SILVA, Ana Lúcia da (2001), p. 41.

<sup>25</sup> Apenas a título de informação, o termo mais-valia, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 1815), tem várias conotações: No liberalismo, é o “aumento do valor de um bem ou de uma renda, após sua avaliação ou aquisição, em virtude dos fatores econômicos que independem de qualquer transformação intrínseca desse bem ou dessa renda”. Pode-se também dizer que é o “aumento do valor de um bem em razão de melhoria ou benfeitoria que lhe foi introduzida”. Mas, para o pensamento marxista, mais-valia é o “lucro retido pelo capitalista, resultante da diferença entre o que ele paga pela mão-de-obra e o valor que ele cobra pela mercadoria produzida por essa força de trabalho”, ou seja, é a “fração do trabalho não paga”. É essa última conotação que queremos dar ao que o mercado e o capitalismo fazem com o que é produzido pelo trabalho do pequeno produtor rural.

<sup>26</sup> Soma de todas as riquezas geradas pela sociedade nos três setores clássicos de atividade – Primário (Agropecuária), Secundário (Indústria) e Terciário (Serviços em geral).

<sup>27</sup> GEORGE, Pierre (1974), p. 86.

<sup>28</sup> *Op. cit.*, v. III, p. 196

<sup>29</sup> BRAUDEL, Fernand (1989), *op. cit.*, v. II, p. 196.

<sup>30</sup> Cf. CHURCH, R. J. Harrison (1960), p. 786.

<sup>31</sup> *Op. cit.*, p. 25-26

<sup>32</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>33</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1979).

<sup>34</sup> DEFFONTAINES, Pierre (s.d.), p. 659-684.

<sup>35</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de (1848), v. I, p. 357 e v. II, p. 241.

<sup>36</sup> *Op. cit.*, v. III, p. 86.

<sup>37</sup> BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes (1997).

## Bibliografia consultada

- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque (2003). *Terras de Goiás – Estrutura fundiária (1850-1920)*. Goiânia: Editora UFG.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1979). *Anais da Província de Goiás*. Brasília-Goiânia/ SUDECO-SEPLAN-Go: Ed.Ipiranga.
- BARREIRA, Celene Antunes Monteiro (1997). *A região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Ed. da UFG.
- BARRETO, Maria José Rezende (1982). *Dimensões da Agricultura e Regionalização do Mato Grosso de Goiás*. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v . 2, nº 2, p. 197-202. jul./ dez.
- BOTTOMORE, Tom (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- BRAUDEL, Fernand (1989). *A Identidade da França*. Trad. Lygia A. Watanabe. São Paulo: Editora Globo. V. I, *Espaço e história*, V. II e III, *Os homens e as coisas*.
- BUAINAIN, Antônio Márcio & PIRES, Daniela (2003). *Reflexões sobre reforma agrária e questões sociais no Brasil*. In: <http://www.abda.com.br/texto Antonio Buainain.pdf>
- CAMPOS, F. Itami (1982). *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG.
- CARNEIRO (1986). Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Editora da UFG.
- CHAUL, Nasr Fayad (1997). *Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG/Editora UCG.
- CHURCH, R. J. Harrison (1960). In: *A escola francesa de geografia*. Bol. Geográfico, Rio de Janeiro, 18(158):783-787, set.-out.
- DAYREL, Eliane Garcindo (1974). *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: Análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Goiânia: UFG – Faculdade de Educação. (dissertação de mestrado).
- DEFFONTAINES, Pierre (1938). *Rapports fonctionnels entre les agglomérations urbaines et rurales. Un exemple en pays de colonisation, Le Brésil. (Relações funcionais entre as aglomerações urbanas e rurais. Um exemplo em país de colonização, o Brasil)*. Anais do 15º Congresso Internacional de Geografia, Amsterdam, seção IV, Geografia Humana.
- DEFFONTAINES, Pierre (s.d.). *Routes et foires à bétail en Amérique Latine (Caminhos e feiras de gado na América Latina)*. Separata da *Révue de Géographie Alpine*, Grenoble.
- FAISSOL, Speridião (1952). *O “Mato Grosso de Goiás”*. Rio de Janeiro: IBGE. Conselho Nacional de Geografia, 140 p. [Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação Nº 09 da Série A “Livros”].
- FRANÇA, Maria de Sousa (1985). *Terra, Trabalho e História. A Expansão Agrícola no “Mato Grosso” de Goiás – 1930/1955*. São Paulo: USP. Tese de Doutorado (mimeografado).
- GEORGE, Pierre (1974). *Dictionnaire de la géographie (dicionário da geografia)*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 86
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1969). *Raízes do Brasil*. 5ª. Ed. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 1).
- MARTINS, José de Souza (1986). *Os camponeses e a política no Brasil*. 3ª. ed., Petrópolis: Vozes.
- MONBEIG, Pierre (1952). *Pioneiros e Plantadores de São Paulo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional
- PALACIN, Luis (1972). *Goiás 1722-1822 – Estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: Oriente.

RODRIGUES, José Honório (1961). *História da concessão de terras no Brasil*. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 19(162):366-370, maio-junho.

SAINT-HILAIRE, Auguste de (1848). *Voyage aux sources du Rio São Francisco et dans la Province de Goiaz (Viagem às nascentes do Rio São Francisco e à Província de Goyaz)*. Paris: Grimbez et Dorez.

SILVA, Ana Lúcia da (2001). *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Agepel – Cãnone Editorial.

SILVA, Edma José (1996). *Sesmarias: Capitania de Goiás – 1726-1770*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: ICHL-UFG.

SILVA E SOUZA, Pe. Luiz Antônio da (1812-1967). *O descobrimento da capitania de Goyaz (governo, população e coisas mais notáveis – 30 de setembro de 1812)*. Goiânia: Ed. Da UFG.

TEIXEIRA NETO, Antônio (1975). *Como nasceram as cidades goianas*. In: *O Estado de Goiás na cartografia luso-brasileira*. Tese de doutorado. Paris: Université Paris VII. Mimeografado.

TEIXEIRA NETO, Antônio (1975). *Como nasceram as cidades goianas?* In: *O Estado de Goiás na Cartografia luso-brasileira dos séculos XVIII e XIX*. Paris: Université Paris VII. Tese de Doutorado (mimeografado).

WAIBEL, Leo (1979). *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: FIBGE

---

